

MAURÍCIO DE NASSAU: UM ADMINISTRADOR CONTROVERTIDO

MAURÍCIO DE NASSAU: A CONTROVERSIAL ADMINISTRATOR

Gunter Weimer¹

RESUMO

Maurício de Nassau entrou para a história do Brasil como uma personalidade de excepcionais qualidades. Ao longo do tempo, sua atuação começou a suscitar algumas dúvidas. Isso levou à coexistência de discursos eminentemente laudatório com críticas nem sempre consistentes. No presente trabalho pretende-se analisar sua atuação no intuito de separar suas reais contribuições das fantasias que foram criadas a seu respeito.

Palavras-chave: Maurício de Nassau. História do Brasil. Holanda. Governos do Século XVII.

ABSTRACT

Maurice of Nassau entered into the History of Brazil as a personality of exceptional qualities. Over time, his deeds began to raise some doubts. This led to the coexistence of highly laudatory speeches and a criticism not always consistent. In this paper we intend to analyze his deeds in order to separate its real contributions from the fantasies that have been created about him.

Keywords: *Maurício de Nassau. History of Brazil. Netherlands. 17th century governments.*

Como professor de história, tenho percebido que os estudantes brasileiros, quando chegam à universidade, são de opinião quase unânime de que os holandeses foram os mais eficientes administradores do Brasil e que sua expulsão, em 1654 representou uma perda para o país. Esta questão é curiosa tanto pelo absurdo teórico inerente ao fato como pelas ilações dele tiradas. No plano teórico, é um absurdo querer deduzir o que teria acontecido se não tivesse acontecido o que aconteceu ou, pelo lado inverso, se tivesse acontecido o que não aconteceu. O segundo lugar, mesmo que admitíssemos a absurda hipótese da permanência dos holandeses, como poderíamos garantir que o Brasil não se teria tornado um Suriname, um dos mais atrasados países da América apesar do centenário domínio holandês?

¹ Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Professor titular aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FAU-PUCRS. E.mail: gunterweimer@gmail.com

Ou uma República Sul-Africana onde os colonizadores holandeses foram – e continuam sendo – os responsáveis por um dos mais desumanos regimes de controle social, como o *apartheid* que, apesar de sua revogação legal, ainda continua em pleno vigor? Ou numa Indonésia que sustenta o nada honroso título internacional de ser um dos países mais corruptos do mundo, apesar do longo domínio holandês? Ainda que o Brasil não possa ser apontado como um país caracterizado pela probidade de sua administração pública, certamente o sistema colonial holandês não primava por sua eficiência, especialmente, sob o ponto de vista dos colonizados.

Mais do que isso, a administração holandesa, virtualmente, é reduzida ao período de governo do “conde Maurício de Nassau”. Mais duas surpresas: Maurício foi o terceiro filho do conde João de Nassau-Siegen-Dillenburg e, portanto, não herdou o título de seu pai uma vez que este era passado somente ao filho mais velho. Portanto, Maurício não herdou o título de conde. A segunda: durante os vinte e quatro anos que os holandeses dominaram apenas uma parte do nordeste brasileiro, aproximadamente um terço do período foi gasto em guerras de conquista; outro terço, na dita exemplar administração de Nassau e o último terço em novas guerras, desta vez, de reconquista dos colonizadores lusos. Portanto, dois terços do período em que os holandeses se sediaram em Pernambuco foram marcados por duríssimas guerras de dominação. Partindo do pressuposto de que a administração nassauiana foi realmente exemplar, ela não ultrapassou um terço desta fase de dominação. Portanto, desde logo, pode-se afirmar que, na hipótese de que a administração de Nassau tivesse sido excepcional, ela não poderia ser extrapolada para todo o período de dominação.

De tudo isto, pode-se afirmar que efetivamente a figura de Nassau está profundamente envolvida em concepções fantasiosas que em nada contribuem para o entendimento da verdadeira ação deste governante em terras americanas.

1 O nascimento de um mito

Certamente o surgimento do mito deve ser debitado nas contas do próprio Nassau. Mal voltou à Holanda, em 1644, Nassau contratou o historiador Caspar van Baerle² para escrever um panegírico sobre sua pessoa a

2 Como era comum entre a intelectualidade daquele tempo, Caspar van Baerle latinizou seu nome para Caspar Barlaeus e, por vezes, assinava como Caspar Barleii, como uma tradução literal de Caspar van (de) Baerle. Esta obra já recebeu diversas publicações no Brasil. Uma das mais importantes, devido ao enriquecimento com grande número de notas de pé-de-página, foi a de Cláudio Brandão, de 1940, cuja reedição fac-similar apareceu na coleção Reconquista do Brasil, das editoras Itatiaia / USP, em 1974. Nelas o nome do autor foi traduzido para o

partir da documentação que ele havia trazido do Brasil. Mais do que isso, depois pagou a sua publicação que veio a lume em Amsterdam, em 1647, com o pomposo título de “História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes, sob o Governo do Ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc., ora Governador de Wesel, Tenente General das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange”.

Esta origem comprometida e o conteúdo da obra confessadamente laudatória obriga-nos a examiná-la com muitos cuidados, especialmente pelo fato de que até há pouco era escassa a documentação à disposição do público brasileiro sobre o período. Documentos portugueses eram raros. Dizia-se que os lusos pouco publicavam sobre suas colônias como uma estratégia de defesa: seria uma forma de preservar em segredo os conhecimentos que se tinha sobre seus domínios. Talvez isso fosse verídico, mas certamente era uma verdade parcial. O cerne da questão era que, até recentemente, Portugal passou por grandes dificuldades econômicas e sua vida cultural foi azucrinada por governos ditatoriais e extremamente conservadores. Isso teve a dupla e contraditória consequência: por um lado, a documentação constante em seus arquivos era severamente resguardada e de difícil acesso o que, pelo lado inverso, fez com que fosse muito bem preservada. Com a entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu, esta perspectiva vem mudando rapidamente. Algumas publicações recentes³ mostram que os arquivos portugueses não são tão pobres como se supunha.

Por outro lado, era sabido que a intelectualidade que acompanhou Nassau em sua vinda ao Brasil tinha deixado obras importantes sobre o Brasil, mas elas são de difícil acesso. Ou estão esgotadas. Ou nunca foram traduzidas. Quando tivemos notícias da publicação do relatório de viagens ao Brasil do marinheiro alemão Caspar Schmalkalden⁴ quando a serviço

português sob a forma de Gaspar Barléu. Seis anos mais tarde (em 1980), a prefeitura de Recife promoveu uma nova edição baseada também na tradução de Brandão, mas grafando o nome na forma de Gaspar Barleus. Esta obra é bem mais interessante que as anteriores por ter sido complementada por um grande número de gravuras originais do acervo de Nassau, 56 no total, cuja autoria provável é de Frans Post, o cartógrafo oficial da Companhia no Brasil.

3 Cito aqui as numerosas pesquisas e publicações realizadas com o aval da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e o franqueamento do acesso a seus arquivos já permite a realizações de publicações de documentos indispensáveis para o conhecimento de nossa história como, por exemplo, a obra de REIS FILHO, Nestor: *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EdUSP/FAPESP, 2000.

4 SCHMALKALDEN, Caspar: *Die wundersamen Reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien, 1642 – 1652*. Leipzig: Verlag für Kunst und Wissenschaft, 1983, 192 p. As primeiras 86 páginas tratam do Brasil e da frustrada tentativa de conquista do Chile pelos holandeses. Trata-se da publicação parcial de um relatório encontrado na biblioteca do castelo de Friedenstein à qual foi doado pelo duque Ernesto II, de Sachse-Gotha-Altenburg. Esta obra

das Companhias das Índias Ocidentais e Orientais, na então República Democrática da Alemanha, em 1983. E este relato já apresentava uma descrição bem mais realista do que foi a vida cotidiana na colônia, sem a servil descrição laudatória do historiador batavo.

Por mais comprometido que seja o conteúdo da obra de Barlaeus, não resta dúvida que ela permitiu a realização de sérios estudos sobre o domínio holandês no Nordeste. A partir dela, se criou uma unanimidade em torno da capacidade administrativa de Nassau na medida em que conseguiu conter a arrogância dos conquistadores batavos frente aos portugueses, que haviam optado por permanecer em suas terras, em colocar ordem nos processos administrativos e principalmente introduzir novos conceitos na economia local. O sistema do comércio monopolizado português, que vinha exclusivamente de encontro aos interesses dos donos do monopólio e em detrimento dos produtores locais, foi substituído pela economia de mercado, que trazia consigo um maior equilíbrio na distribuição das riquezas entre as partes envolvidas em sua produção e distribuição. Mas seu maior tento certamente foi a política de aproximação com os portugueses. Durante a guerra de conquista, uma parte dos donos de engenho abandonaram a região. Nassau resolveu encampar os engenhos e revendê-los aos interessados, independente de origem, sob condições totalmente novas: o pagamento da propriedade poderia ser feito em prestações anuais, a partir do desconto de um percentual sobre as vendas dos bens produzidos. Com isso, amainaram as tensões remanescentes da guerra, aumentou significativamente a produção e foi cumprida a principal reivindicação dos acionistas da Companhia, que era a produção de lucros. Por isso, as acusações de traição de Calabar são discutíveis, uma vez que a adesão dos donos de engenho de origem lusa foi massiva.

Outra questão constantemente relevada era a da liberdade religiosa. Não se tratava aqui apenas em conceder liberdade de culto a protestan-

foi “descoberta” na segunda metade do século XVIII, mas seu conteúdo foi publicado de forma bastante condensada pela primeira vez na edição antes referida. Felizmente agora já podemos dispor de uma tradução completa para o português da primeira parte – a que trata da América do Sul – que foi publicada em 1998, em dois volumes, com reproduções fac-similares, sob a responsabilidade do Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior e com o patrocínio da Petrobras numa edição dita “diplomática”. A segunda parte das aventuras de Schmalkalden nas Índias Orientais não foram publicadas nesta edição. Isso talvez possa ser justificado pelos interesses restritos ao Brasil. Todavia é por demais lamentável que percepções tão chauvinistas tenham levado à não publicação da parte mais substancial da obra que, sem dúvida, é do maior interesse dos estudiosos brasileiros porque, à época, o Brasil se constituía num território que intermediava as ligações entre a Europa e o oriente. Mais do que isso, mostra o deslumbramento dos europeus por um mundo desconhecido ou, pelo menos, mal conhecido e dá um retrato muito fiel do que representavam viagens transoceânicas de então.

tes (em sua maioria, calvinistas) e católicos, mas especialmente aos judeus. Argumentava-se que, com as perseguições do (nada) Santo Ofício na Península Ibérica, muitos judeus portugueses foram levados a fugir para a Holanda, sendo obrigados a deixar seus bens em Portugal. Esta teria sido uma das principais razões que teriam levado os judeus sefarditas de Amsterdã a participar do empreendimento com a compra de ações e com a vinda massiva ao Brasil. Boris Fausto⁵ fez rasgados elogios a Nassau, especialmente devido à concessão de liberdade religiosa, ao direito de construir sinagogas e, mais do que isso, permitir total liberdade ao ensino talmúdico.

Para Anita Novinsky⁶, a perseguição aos judeus teria sido a causa da decadência de Portugal porque forçou a fuga dos melhores elementos e minou as bases econômicas do império português. Como a maioria destes judeus portugueses emigraram à Holanda (e, por via desta, para o Brasil) a consequência lógica seria que a massiva presença judaica teria sido um dos fatores mais importantes do desenvolvimento econômico tanto da Holanda como do Brasil holandês.

O maior mérito de Nassau, no entanto, teria sido o fato de ter trazido um grande número de sábios para o Brasil, de onde teriam saído os primeiros estudos científicos sobre a América. Entre eles, são os mais citados George Marcgrav e Willem Piso, ao lado dos pintores Frans Post e Albert Eckhout. Vale aqui destacar os estudos de Carlos Oberacker⁷ que trouxe à luz dados muito valiosos sobre estes autores.

O nome de batismo do primeiro era Georg Markgraf. Era natural de Liedstadt, na Saxônia. Apesar de ser filho de um simples mestre-escola, conseguiu estudar em diversas Universidades de modo que, em 1637, com apenas 27 anos de idade, se apresentou na Universidade de Leiden com um formidável currículo que incluía conhecimentos de matemática, botânica, química, medicina, astronomia, pintura e música. Sua pretensão era exercer a docência de astronomia. Foi então que entrou em contato com o diretor da Companhia das Índias Ocidentais Johan van Laet que o recomendou a Nassau, que já se encontrava no Brasil. O governador de Pernambuco o premiou com a construção do primeiro observatório astronômico das Américas, mas os resultados de seus estudos são desconhecidos porque os escreveu em escrita cifrada que, por não ser de leitura imediata, acabaram por serem perdidos. Mas, em compensação, realizou importantes estudos de botânica e de zoologia. Os resultados destas pesquisas foram redigidos

5 FAUSTO, Boris: *História do Brasil*. São Paulo: UduSP, 1995, p. 86.

6 NOVINSKY, Anita: *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 40.

7 OBERACKER JÚNIOR, Carlos Henrique: *A Contribuição teuta à Formação da Nação Brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1968.

em colaboração com Piso e foram publicados em 12 volumes que receberam o nome de “*Historia Naturalis Brasiliae*”. Esta obra foi ilustrada com mais de 220 gravuras de animais e plantas nativas. Dada a sua importância, ela tem sido comparada aos trabalhos de Spix e Marthius realizadas quase duzentos anos mais tarde. Lamentavelmente, Markgraf caiu na tomada de Luanda, perdendo-se, com isso, pelo menos, a transcrição de seus manuscritos.

Seu colaborador Piso teve melhor sorte. Era filho do médico Hermann Pies, de Cleve, Prússia, e foi batizado com o nome de Wilhelm Pies. Aos 22 anos de idade se formou em medicina e veio ao Brasil na condição de médico pessoal de Nassau. Sua obra mais importante é a “*De Medicina Brasiliensis*”, publicada em quatro volumes, na qual estudou, pela primeira vez, as assim chamadas “doenças tropicais”. Ainda deixou estudos sobre as plantas nutritivas (com destaque à cana de açúcar e a mandioca), sobre o clima e a geografia do nordeste. Voltou com Nassau para Amsterdam, em 1644, onde se estabeleceu como médico. Gozou de grande prestígio profissional e chegou a desempenhar o cargo de diretor da Faculdade de Medicina daquela cidade.

Os dados sobre Frans Post são contraditórios. Consta que nasceu em Leiden, Holanda, em 1612, como filho do vitralista Jan Janszoon Post. Não se sabe onde teria realizado seus estudos mas parece que seu contato com Nassau se estabeleceu por meio de seu irmão Pieter Post que estava construindo uma residência para o “conde”. A este tempo Pieter já era um dos mais importantes arquitetos dos Países Baixos e, por isso mesmo, foi muito estudado. Segundo Freedberg, teria sido o segundo mais importante arquiteto neoclássico da Holanda⁸ em seu tempo o que é bastante questionável devido a uma questão de época: o neoclassicismo foi uma linguagem que viria a se afirmar bem mais tarde.

Aqui deve-se fazer um parêntesis para indicar um assunto importante na questão da personalidade de Nassau. A construção de sua residência acabou com suas finanças esta teria sido a razão pela qual aceitou a incumbência de administrar Pernambuco. Esta teria sido a opção que se lhe apresentava para poder ganhar algum dinheiro e pagar seus credores.

Voltando a Frans Post, foi contratado pela Companhia como cartógrafo e nesta atividade empenhou seu maior tempo. Como era usual na

8 FREEDBERG, David: *Ciência, Comércio e Arte*. In: HERKENHOFF, Paulo (org.): *O Brasil e os Holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999, p. 200. O primeiro teria sido Jacob van Campen o que também é discutível pelo simples fato deste ter vivido entre 1595 e 1657, que correspondeu, obviamente, ao período barroco. A reprodução de sua residência se encontra na citada obra de HERKENHOFF, na p. 240.

época, seu trabalho constava de desenhar a costa da colônia, com seus acidentes geográficos. Como a folha de desenho ficava com muitos espaços em branco, preenchia-se os vazios com desenhos – chamadas iluminuras – de cenas que caracterizavam a região. Outra forma de representação era fazer gravuras das vilas e cidades com vistas, quase sempre, a partir do mar, que serviriam para identificar a região em que se estava navegando. Estas representações têm sido consideradas como documentos da maior importância por serem tomadas como representações fidedignas dos conglomerados urbanos ou rurais.

Porém, além se seus mapas e iluminuras, são-lhe atribuídas muitas outras gravuras, desenhos e principalmente, pinturas de paisagens. Como a maioria não foi assinada e/ou nem datada, é muito difícil confiar em sua autenticidade. Pior do que isso, a qualidade gráfica das mesmas é muito diferenciada em razão do que é difícil explicar o porquê de tantos altos e baixos. Consta que teria pintado 18 quadros no Brasil, dos quais a maioria está desaparecida. Salvo opiniões em contrário – que não são poucas – alguns são de qualidade que chega ao virtuosismo, enquanto outros se caracterizam pelo primarismo de sua feitura. Isto levou muitos críticos a qualificá-lo como um pintor medíocre, o que nos parece ser uma grande injustiça. A nós nos parece que esta diversidade provém de uma grande confusão de autores diversos, e que só poderá ser dirimida na medida em que for feito um meticoloso levantamento de suas presumíveis duas dezenas de obras⁹, seguido de uma análise criteriosa a partir das técnicas modernas de identificação. Aliás, esta é uma tarefa por demais madura para ser realizada e enquanto a mesma não for feita, as especulações em torno de sua obra paisagística não passam de especulações. Estas análises são tanto mais necessárias quanto algumas invenções irreais perpassam algumas destas obras: mandacarus descomunais (com mais de dez metros de altura) ou coqueiros vicejando dentro de mangues e assim por diante.

Quanto aos dados pessoais de Albert Eckhout (ou Aeckhout), sabemos ainda menos. Provavelmente nasceu em Groningen, entre 1607 e 1612. Consta que seu pai passou por dificuldades financeiras em torno dos anos 20, razão pela qual o filho se tornou auxiliar de seu tio materno, que era

9 É sabido que depois da volta de Post à Holanda, ocorrida pouco antes de Nassau, o pintor se dedicou a continuar a fazer pinturas “brasileiras”, isto é, que tinham temáticas ou fundos inspirados nas paisagens nordestinas. O embaixador Joaquim de Souza Leão afirma ter identificado, em 1973, 143 obras suas (MENEZES, José L. M.: *o Século XVII e o Brasil holandês*. In: ZANINI, Walter: *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Moreira Salles, 1983, p. 352) que teriam tido grande aceitação no mercado europeu de então, menos por suas qualidades artísticas, mas pelo exotismo da temática. Em consequência disso, sua obra se encontra espalhada pelos mais variados museus europeus e em muitas coleções particulares.

pintor, e do qual deve ter aprendido os segredos da arte. Não se sabe como se estabeleceram seus contatos com Nassau, mas ele o acompanhou tanto na ida como na volta do Brasil. Depois se estabeleceu em Groningen e em Amersfoort¹⁰. Apesar disso, ainda continuou a manter relações de convívio bastante próximo com Nassau. Por isso mesmo, a obra de Eckhout realizada no Brasil é bem melhor conhecida que a de Post. Ela se compunha de três conjuntos de pinturas: dez grandes telas feitas sob encomenda, pretensamente, para decorar o palácio de Vrijburg (Friburgo, em português) que Nassau construiu na extremidade da ilha de Antônio Vaz, doze naturezas mortas e três retratos de embaixadores negros. Todas estas, num total de 26 unidades, portanto, acrescidas de uma que não era de autoria de Eckhout, e mais um rico acervo de peças de interesse antropológico e que em parte, serviram de modelo para elementos que compõem as telas de Eckhout, Nassau doou, em 1654, a seu primo¹¹ Frederico III, rei da Dinamarca, razão pela qual se encontram no Museu Nacional, em Estocolmo, à exceção de uma tela (“Nassau entre os tapuias”), que se perdeu e da qual, até hoje, não

10 Especula-se que, por recomendação de Nassau, Eckhout tivesse feito a decoração do teto do salão do palacete de Weinberg, em Hoflössnitz (uma comunidade da localidade de Oberlössnitz, cidade Radebeul, distrito Meissen, Saxônia. Vide STECHE, Richard. *Beschreibende Darstellung der älteren Bau- und Kunstdenkmäler des Königreichs Sachsen*. Erstes Heft. Dresden: C. C. Meinhold & Söhne, 1882, p.136 e ss., e também BRIENEN, Rebecca Parker. *Visions of Savage: Albert Eckhout, Court Painter in Colonial Brazil*. Amsterdam: Amsterdam University, 2006), pertencente ao Príncipe Eleitor da Saxônia. Nesta obra teria utilizado motivos trazidos do Brasil. Tratam-se de 80 quadros quase todos de aproximadamente 75 por 90 cm representando aves brasileiras. Existem aí vários problemas na identificação da autoria. O primeiro é que os mesmos não estão assinados ao contrário do que Eckhout fazia; em segundo lugar, Eckhout pintou muitas naturezas mortas, mas não exemplares da fauna; embora a técnica da pintura tenha alguma afinidade com a de Eckhout, seu acabamento é bem mais simplificado em razão do que é pouco provável que as mesmas sejam deste autor. Como a maioria das imagens foram retiradas dos livros *Icones Volatilium* e *Libri Principis*, complementados com algumas pinturas de modelos desconhecidos, é bem mais provável que algum pintor local contratado pelo Príncipe Eleitor tenha feito estas reproduções. Em 1997 a Petrobras financiou a publicação de um livro (*Os quadros do Weinbergsschlösschen de Hoflössnitz*, Rio de Janeiro, Index, 1997, 112 p.) com as reproduções destas pinturas e complementadas com comentários pertinentes. Outra questão é saber o que Eckhout teria feito na corte do Grande Eleitor. Há quem afirme que teria pintado dez grandes quadros que, posteriormente, teriam sido transferidos para o castelo de Schwedt, no Oder (a meio caminho entre Frankfurt/Oder e sua desembocadura) onde teriam sido queimados num bombardeio ao fim da II Guerra.

11 A irmã de sua mãe, Margarete von Holstein, era mãe de Frederico III, e da qual herdou o título de Duque de Holstein, em função do qual fazia parte do Conselho do Sacro Império Romano de Nação Germânica, que concedeu a Maurício de Nassau, pouco antes de sua morte o título de Príncipe. Por esta via percebe-se que esta “doação” não foi nada altruísta. É consenso que esta “generosidade” não aconteceu apenas em troca da indicação e do voto de Frederico III, como também o *lobby* em torno de sua candidatura.

se tem notícias sobre sua existência¹².

O primeiro conjunto é formado por oito telas de aproximadamente 1,70 por 2,70 m que representavam um homem e uma mulher respectivamente, de indígenas tupis, tapuias, negros, além de um mulato e uma mameluca e mais duas telas de aproximadamente 2,95 por 1,72 m intituladas de “A dança dos tapuias” e “Nassau entre os tapuias”. Segundo a tradição, as telas menores seriam colocadas sobre as paredes entre as janelas do salão principal do Palácio de Vrijburg (ou Friburgo, como se tornou conhecido no Brasil) e as duas maiores, nas extremidades do mesmo. Trabalho recente de Brien¹³ demonstra que isso não corresponde aos fatos porque a descoberta recente do projeto do mesmo mostra que a distância entre as janelas era menor que a largura dos quadros.

Estes quadros são interessantes sob diversos pontos de vista em razão do que já deram origem a um considerável número de obras analíticas e descritivas. Uma das contradições mais inquietantes é o fato de parecerem obras de cavalete devido a seu realismo naturalista e, ao mesmo tempo, deixar claro que se tratava de composições pouco naturais de elementos plásticos incluídos na composição muito antes, para demonstrar os exotismos da terra do que representar uma cena realista da natureza nordestina. A alusão à antropofagia pretensamente praticada pelos tapuias, induzida pela representação da mulher indígena carregando um pé e uma mão, é obviamente um recurso para causar efeitos de espanto para um público europeu e muito pouco tem a ver com sua prática ritualística. Qualquer pessoa que já tenha tomado contato com um cajueiro sabe que não são árvores de dimensões gigantescas como aparece na tela da mameluca travestida de “Primavera”. É sabido que o porte de armas, sejam de fogo ou brancas, era privilégio de pessoas de alta categoria social como militares e governantes. Por esta razão é totalmente fantasiosa a representação de um mulato armado, ainda mais quando a documentação histórica demonstra que os negroides ocupavam uma categoria social inferior. Mais estranho ainda é a tela do “Homem Negro” que aparece com uma espada árabe à cintura, flechas e lança indiáticas nas mãos, tendo uma tamareira e outras plantas africanas como fundo e uma presa de elefante a seus pés. Ora, este conjunto de elementos nada têm a ver com o Brasil.

Hoje sabemos que a junção de elementos tão estranhos foram o resultado de composições arbitrariamente organizadas pelo pintor a partir

12 Especula-se que ela queimou num incêndio de um castelo de propriedade do rei da Dinamarca em época remota.

13 BRIEN, Rebeca Parker: As pinturas de Eckhout e o Palácio Friburgo no Brasil Holandês. In: *Aeckhout volta ao Brasil – 1644 – 2002*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p. 84.

de elementos que compunham a coleção de Nassau e que se encontram no museu de Estocolmo. A espada árabe foi um presente recebido pelo governador; a arma de fogo foi a mais nova invenção posta a serviço do exército local, os cestos carregados pela mulher tupi e pela negra faziam parte da coleção antropológica de Nassau e assim por diante.

Este artificialismo, no entanto, não quer dizer que estas telas sejam destituídas de valor histórico, muito menos artístico. Num detalhe da tela da mulher tupi encontramos talvez a única representação de um pomar, que era comum existir junto às casas-grandes coloniais; ao fundo da figura da “mameluca”, bem como em outras pinturas nassauianas, é representada uma plantação de cana-de-açúcar entremeada com “pára-ventos” vegetais. Trata-se de uma técnica norte-africana de proteção das plantações dos ventos quentes do deserto. Esta técnica ainda hoje é usada no sul de Portugal e nos Açores. Mas não se sabia do emprego destes recursos no Brasil. De qualquer forma, também precisa ser relevado que estas pinturas juntamente com as dos “Embaixadores Negros” - cuja autoria de Eckhout tem sido colocado em dúvida – são consideradas como as primeiras pinturas etnográficas da cultura europeia.

Por outro lado, as doze telas de naturezas mortas, todas de aproximadamente 90 por 90 cm, se constituem em sua produção mais acurada, mas devem ter servido mais como elementos para fins didáticos do que para o deleite artístico. Ainda haveria muito a dizer sobre estas telas, mas como já existe uma copiosa literatura a respeito e não ser este o objetivo desta contribuição, não nos aprofundaremos em sua análise.

Todavia ainda é necessário fazer duas referências. A primeira se refere aos gobelinos franceses cujos projetos têm sido atribuídos a Eckhout. A questão é que, em 1678, um ano antes de falecer, Nassau presenteou – certamente com intenções interesseiras – quarenta e duas telas ao rei Luiz XIV, da França. A maior parte deste acervo foi perdido. Hoje sabemos que ele continha algumas telas de Post por terem sido preservadas. Mas existem alguns gobelinos com temáticas brasileiras distribuídas em diversos castelos franceses cuja autoria é desconhecida. Supõe-se que os riscos dos mesmos tenham sido realizados por Eckhout depois de sua volta à Europa.

Pesquisas documentais demonstram que os mesmos foram realizados uma década depois da doação (e da morte) de Nassau. Como os modelos que serviram de base para sua confecção foram perdidos, é difícil saber de suas autorias, ainda mais que a passagem do desenho para a confecção depende em boa parte da interpretação do tapeceiro. Por esta razão, a análise da temática abordada e os elementos de composição são fundamentais na formação de qualquer juízo. De qualquer modo, alguns

tapetes se mostram muito fiéis a ilustrações realizadas por outros autores e todos apresentam uma composição bem mais dinâmica que a das pinturas assinadas por Eckhout. Enquanto nestes, a composição se centra num só objeto, os gobelinos apresentam várias temáticas, como se fossem uma colagem de vários temas justapostos. Por esta razão, é difícil aceitar a autoria de Eckhout. Outros pecam por detalhes. Certamente Eckhout não haveria de “vestir” um indígena com um saiote com um friso grego. Outro gobelino é pródigo na quantidade de aves americanas representadas. No entanto, há a representação de um emu australiano e de um avestruz africano ao mesmo tempo em que foi esquecida a ema americana. Outro ainda apresenta um príncipe negro sendo carregado numa rede indígena, com um arco, uma flecha e um guarda-sol nas mãos, tendo a seus pés uma onça e um cordeiro que decididamente não fazia parte de uma temática que se pudesse qualificar de brasileira. Há representações ainda mais esdrúxulas, mas nenhuma que chega aos absurdos de uma gravura atribuída a Nieuwhof, quando intenta fazer uma alegoria da América com elefante, guerreiro de turbante islâmico e vestido de rica indumentária européia. Por tudo isso, não pode ser descartada a possibilidade de que eventualmente algum destes gobelinos pudessem ser de autoria de Eckhout, mas isto parece ser uma hipótese difícil de ser demonstrada enquanto a maioria, decididamente, não pode ter sido projetada por alguém que conhecia o Brasil.

É curioso que a nominata dos sábios trazidos por Nassau, em geral, se limite a estes nomes ainda que o nome de Zacharias Wagner (Wagener, entre os holandeses) tem merecido alguma referência. Filho do juiz de paz de Dresden e nascido em 1614, veio ao Brasil em 1634 como simples soldado. Fez carreira militar até se tornar despenseiro de Nassau. Permaneceu no Brasil até 1641 quando voltou a Dresden e depois seguiu para o extremo oriente, como militar graduado da Companhia das Índias Orientais. De sua estada no Brasil deixou um resumido diário e um “Thierbuch”, nome enganoso por não tratar apenas de animais – como indica o nome – mas também da flora e de cenas da vida cotidiana brasileira, tudo ricamente ilustrado com aquarelas de qualidade muito variável dentre as quais se encontra a representação do primeiro palácio governamental com respectiva residência de Nassau¹⁴.

Porém, o número de pessoas de destaque foi bem maior. Entre estas devem-se citar o geógrafo, naturalista e matemático Heinrich Crantz, natural da Saxônia, que, todavia, pôde dar poucas contribuições para as ciências por ter falecido pouco tempo depois de ter chegado ao Brasil. Elias

14 Estas duas obras foram traduzidas e publicadas em 1997, sob os auspícios da Petrobras, pela editora Index, no Rio de Janeiro.

Heckmans teve melhor sorte. Nomeado administrador da Paraíba, recebeu ordens de Nassau de explorar o interior daquele estado e do Rio Grande do Norte, quando estabeleceu contato com diversas tribos nativas sobre o qual escreveu substancial trabalho¹⁵. Pelas informações disponíveis, deve se tratar de um pioneiro tratado de etnologia, de quando esta ciência ainda não tinha este nome. Na mesma área também temos a contribuição de Jacob Rabbi ou Rabe, um judeu natural de Waldeck, Prússia, que passou quatro anos entre os indígenas e prestou relevantes serviços na intermediação entre os interesses contraditórios dos nativos com os colonizadores. Amasiado com uma índia, era considerado por estes como um membro de sua tribo. Por ter defendido os interesses dos nativos, teria sido assassinado a mando do governador da Paraíba, o que causou a revolta dos tapuias. Não temos notícias se deixou algum relato de suas vivências, mas contribuiu para a coleção etnológica de Nassau. No mesmo sentido também foi o trabalho de Baron¹⁶. Até pouco tempo atrás pouco se conhecia de sua vida a não ser o que podia ser extraído de seu livro que tem o bombástico nome de “Relação da Viagem de Roulox Baro, Intérprete e embaixador, ordinário da Companhia das Índias Ocidentais, da parte dos Ilustríssimos Senhores das Províncias Unidas, ao país dos tapuias, na terra firme do Brasil” que foi publicado na coleção Reconquista¹⁷. Oberacker¹⁸ deu a entender que ele seria de origem alemã. Estudos recentes do prof. B.N.Teensma¹⁹ ampliaram bastante o leque de informações, assinalando que Baron veio, em 1617, para o Brasil como grumete em navio capitaneado por Dierick Ruiters. Chegando ao Brasil, a tripulação foi capturada e ficou presa na Ilha Grande por mais de 30 meses quando houve uma rebelião e tanto Ruiters como Baron conseguiram fugir. Enquanto o primeiro voltou à Holanda, o segundo se embrenhou nas matas e foi viver com índios tupis. Quando os holandeses tomaram Salvador, em 1624, Baron se colocou a serviço dos batavos, prestando relevantes serviços na conquista da cidade. Foi nestas condições que foi capturado pelos espanhóis. Não se sabe como escapuliu do novo cativeiro. Quando os holandeses se apossaram de Pernambuco, ele se apresentou novamente para o serviço militar. Os batavos imediatamente perceberam

15 Consta haver uma tradução para o português que teria sido realizada por José Hygino, mas que deve estar esgotada há muito tempo.

16 Os holandeses lhe atribuíam o nome, de Roelof Baro, os franceses, de Roulox Baro, os espanhóis, de Rodrigo Pero e no Brasil se tornou conhecido como Rodolfo Baro.

17 MOREAU, Pierre & BARO, Roulox: *História das últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte, Itatiaia: 1979. Col. Reconquista, n° 54.

18 Op. cit., p. 101.

19 TEENSMAN, B. N.: A Missão de Rodolfo Baro a Nhanduí na Serra de Macaguá, em 1647. In: *Documentos da Biblioteca Universitária de Leiden*. Rio de Janeiro: Index, 1997, p. 13-35.

que ele poderia ser de grande utilidade por falar o tanto o tupi como o português. Os holandeses tentaram, sem muito êxito, convertê-lo ao calvinismo e ensinar-lhe a língua holandesa, em razão do que fica evidente que ele não era natural dos Países Baixos como querem alguns autores²⁰. Com a revolta dos tapuias da Paraíba, antes referido, Baron foi encarregado de promover a sua pacificação. Neste contato com os indígenas conseguiu um rico acervo de peças etnológicas que foram do agrado de Nassau e hoje se encontram no Museu Nacional da Dinamarca. Ainda teve uma participação na repressão aos quilombolas dos Palmares na qual, possivelmente, perdeu a vida em 1648.

Oberacker ainda se refere aos nomes de Tobias Commerstein, Pieter von Beuren e Andreas Drewisch Bongesaltensis que teriam sido geômetras e engenheiros. No sentido de aperfeiçoar a agricultura, Nassau trouxe do planalto de Berna, Suíça, onde estavam sofrendo perseguições religiosas, três técnicos agrícolas menonitas para administrar uma granja-modelo nas proximidades de Recife e que deveria servir de escola de práticas agrícolas. Tratava-se do técnico em agricultura Abraham Esaú, do técnico em pecuária Isaac Kaufmann e do construtor de engenhos David Spielmann. Ao que tudo indica, os mesmos não devem ter tido muito sucesso em suas atuações pedagógicas porque a agricultura estava decididamente voltada para a produção do açúcar, matéria da qual eles entendiam pouco e os donos de engenho não estavam interessados nas práticas que eles vieram ensinar. Melhor sorte teve o fundidor Sigmund von Schoppe, natural da Silésia, que conseguia dinamizar a produção primária por produzir localmente uma variada gama de manufaturas, que antes de sua chegada tinham de ser trazidas da Europa.

Em publicação recente, Fabel²¹ chama a atenção para a importância da obra filosófica de Manuel Dias Soeiro que, fugido da Inquisição em Portugal, se mudou para Amsterdam onde adotou o nome de Menasseh ben Israel. Ben Israel tentou fazer uma conciliação entre as contradições entre o Antigo e o Novo Testamentos numa época caracterizada pelos radicalismos religiosos que varriam a Europa, em razão do que conseguiu fama internacional da mesma forma como muitos opositores até mesmo dentro da comunidade judaica de Amsterdam. Por causa destas oposições internas e também por necessidades financeiras ben Israel resolveu assumir o en-

20 Gonçalves de Melo afirmava que Baron teria nascido em Amsterdam, em 1610, casado na mesma cidade, em 1644 e falecido no Brasil, em 1648. Conforme levantamentos de Teensma, os registros oficiais holandeses não confirmam estes dados.

21 FABEL, Nachman: Menasseh ben Israel e o Brasil. In HERKENHOFF. São Paulo: *O Brasil e os Holandeses*, Rio de Janeiro, Sextante, 1999, p. 160-175.

cargo de dirigir uma das sinagogas de Recife. Por razões não muito claras, pouco antes do início de sua viagem para a América, foi substituído por seu opositor e também ilustre intelectual, Isaac Aboab da Fonseca, que foi o primeiro rabino da América do Sul e possivelmente de toda a América. Fabel faz ampla louvação aos debates entre os dois rabinos, mas, lamentavelmente, pouco discute as idéias de Fonseca.

Igualmente importante foi a vinda do pastor calvinista Frans Plan-te. Pouco se sabe sobre suas atividades religiosas, pois sua fama decorre de uma poesia laudatória a Nassau, intitulada “A Mauriciáda”. Os pastores Fredrick Kessler e Pieter Lantman são citados por Barlaeus como sendo “varões conceituadíssimos assim pelas suas virtudes como pela sua ciência eclesiásticas”. Bem mais complexa atuação do pastor Vicente Joaquin Soler. Era um jesuíta espanhol que foi convertido ao calvinismo e contratado pela Câmara Zelandesa da Companhia²² para vir a Pernambuco onde teve um muito controvertido desempenho em suas atribuições pastorais e sociais. Isso foi revelado por meio da recente publicação de dezessete cartas encontradas na Universidade de Leiden. Estas cartas são interessantes por documentarem as mazelas governamentais e religiosas a seus superiores. Suas pregações eram extremamente contundentes e, em muito, se assemelham às de seu colega de ofício, na cidade de Salvador, na Bahia, o padre Antônio Vieira. O moralismo radical de suas pregações tem sido colocado em dúvida pelo fato de que corriam boatos de que sua filha, depois de desquitada, tornara-se amante de Nassau. Apesar de ter-se hoje muitas dúvidas sobre os resultados práticos da política de evangelização dos indígenas, por terem muito mais contribuído para a destruição de sua cultura, cujas consequências foi sua marginalização social dentro da comunidade dos colonizadores, a verdade é que Soler se empenhou honestamente nesta missão com a convicção de que estava prestando um grande serviço na seara do Senhor. Em vista disso, pode-se dizer que Soler foi um de las Casas protestante. Mandou seu colaborador direto David Doreslaer catequizar indígenas no interior da Paraíba e Rio Grande do Norte, e com o qual escreveu um catecismo simplificado em três línguas (tupi, holandês e português).

Para completar estas contribuições, devem ser citados os nomes de diversos participantes do empreendimento colonizador que deixaram registros de suas aventuras no Brasil o que, pela sua diversidade, deve ter despertado grande interesse, em seu tempo, na Europa. O relato em forma de diário do já citado marinheiro turíngo Caspar Schmalkalden, ricamen-

22 As ações da Companhia das Índias Ocidentais eram distribuída em cinco Câmaras das quais a de Amsterdam detinha quatro nonos, a da Zelândia, dois nonos e as de Rotterdam, da Frísia Ocidental/Hoorn e da Frísia Oriental/Groningen, um nono cada.

te ilustrado com aquarelas, foi parar na biblioteca do duque Ernst II, de Sachsen-Gotha-Altenburg no fim do século XVIII, onde ele permaneceu esquecido até ser “descoberto”, em meados do século seguinte. Mesmo assim, ele só foi parcialmente publicado em 1983. Sua tradução para o português só aconteceu em 1998, também de forma parcial²³. Ambrosius Richshoffen, natural da cidade de Estrasburgo, hoje pertencente ao território francês, deixou duas descrições de viagens com os nomes de *Brasilianische und Westindischen Reisse Beschreibung* e o *Tagebuch eines Soldaten der Westindischen Compagnie*²⁴, ambos publicados por volta de 1677, em sua cidade natal. Outra obra quase totalmente desconhecida no Brasil é a descrição de viagem de Lorenz Simon, natural de Bernsdorf, na Turíngia e intitulada *Brasilianische Reiß*²⁵. Johann Paul Augspurger, de Speyer, publicou em 1644, a *Kurtze und Wahrhaffte Beschreibung der See-Reisen von Amsterdam in Holland nacher Brasilien in America und Angola in Africa vom 4. November 6140 biss 10. Juli 1642*, que permanece inédita na Biblioteca Estadual da Saxônia. A mais importante descrição de viagem é a de Johan Nieuwhof. Sua obra *Gedenckweerdiger Brasilianisce See an Landreise* já foi traduzida para diversas línguas e, em português, apareceu com o título de *Memorável Viagem marítima e terrestre ao Brasil*²⁶.

Certamente, esta lista não está completa, pois outras obras publicadas na Europa contêm reproduções e desenhos originais que certamente não são dos autores dos textos. Além disso, há muitas imagens que foram reunidas por estudiosos das coisas do Brasil e que nunca estiveram no país dentre os quais devem ser citados o naturalista Jacob Wilhelm Griebe, nascido em Dresden, em 1639, cujo *Naturalien-Buch* traz ilustrações com descrições de exemplares da fauna brasileira²⁷, Samuel Niedenthal reuniu uma coleção de desenhos e aquarelas sobre pássaros e insetos do Brasil, o naturalista Christian Mentzel que latinizou seu nome para Christiano Menizelio D. produziu em 1660 quatro volumes que intitulou *Theatri Rerum Naturalium Brasiliae*²⁸. Além destes, ainda existem dois volumes intitulados *Libri Principis*²⁹ que tratam de fauna e da flora. As anotações dos desenhos

23 Sua viagem ao oriente foi totalmente omitida.

24 Esta obra foi traduzida para o português em 1897, por Alfredo de Carvalho e, portanto, está esgotado há muito tempo. Ao que consta, a primeira obra ainda permanece inédita em nosso idioma.

25 Esta obra também foi traduzida por Alfredo de Carvalho sob o título *A Viagem Brasília de Lourenço Simon* que foi publicada na Revista do Arquivo de Pernambuco, n° 63.

26 Tradução de Moacir N. Vasconcelos para a Livraria Martins, São Paulo, 1942.

27 Publicado em português por Álvaro Alfredo Bragança Júnior, com o título de *O “Naturalien-Buch” de Jacob Wilhelm Griebe*, Rio de Janeiro, Index, 1998.

28 Publicados pela Index, Rio de Janeiro, 1995.

29 Publicados pela Index, Rio de Janeiro, 1995,

são atribuídas ao próprio Nassau. No Kupferstich-Kabinett de Dresden existe um volume intitulado *Animaux et Oiseaux*³⁰, de autoria desconhecida que, além de exemplares da fauna, ainda traz cinco gravuras de reproduções de quadros de Eckhout bastante simplificados.

2 A cidade Maurícia

A autoria do plano da cidade do Recife também tem sido objeto de muitas especulações e confusões. Quando Nassau chegou a Pernambuco, em inícios de 1637, o bairro do Recife já existia e servia de porto. Seus armazéns já estavam construídos e o arruamento em plenas condições de uso. Se Nassau teve alguma contribuição a este bairro, estes se resumiram em melhoramentos e complementações. Portanto, é equivocada a afirmação de que ele teria criado a cidade.

Sua contribuição se centrou na ampliação da cidade, naquilo que foi denominado “Cidade Maurícia” e é constituído pelos atuais bairros de Santo Antônio e São José. Esta área também não era virgem de edificações quando Nassau iniciou suas obras. Antes mesmo da vinda dos holandeses, a ilha já se encontrava parcialmente ocupada, e seus antecessores já haviam edificado alguns fortes, sobre cuja importância e inovações já têm sido discutidas, razão porque não entraremos em considerações sobre esta matéria.

Tem-se atribuído a autoria do projeto urbanístico desta área a Pieter Post e de tanto repetir, há mesmo quem afirme que seja dele, em definitivo. Como os holandeses têm sido ciosos de preservar seus documentos, ao contrário do que acontece majoritariamente em nossa terra, o arquivo de Post³¹ foi preservado e, como afirma Rebecca Parker Brienem³², nenhum papel referente a este projeto foi encontrado, bem como dos palácios dos quais se tratará mais adiante. Isto, naturalmente, não prova que Post não o tenha feito. Um argumento mais poderoso a respeito da autoria de outrem é o fato de que Pieter Post nunca veio ao Brasil. Como era um dos arquitetos mais importantes da Holanda em seu tempo (conforme avaliação de Freedberg³³) deve ter sido uma pessoa muito ocupada, razão que explicaria porque não teria acompanhado seu irmão e seu protetor ao Brasil. O argu-

30 Publicado no Brasil pela Index, Rio de Janeiro, 1998.

31 Encontra-se na Biblioteca Real de Haia segundo Rebecca Parker Brienem: “As pinturas de Eckhout e o Palácio Friburgo no Brasil Holandês”. In: *Albert Eckhout volta ao Brasil*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002, p. 82.

32 Idem, ibidem, p. 84.

33 FREEDBERG, David. Ciência, Comércio e Arte. In: *O Brasil e os Holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999, p. 200.

mento mais importante parece ser a existência de um arquiteto e urbanista em Recife, de nome Frederik Pistor. A partir das cartas de Soler, sabe-se que ele era o arquiteto da municipalidade de Recife e que deixou “entre seus papeis, diversos desenhos com projetos para aumentar e fortificar o Recife”³⁴. Partindo do fato da existência comprovada de um arquiteto e de, pelo menos, três engenheiros (Tobias Commerstein, Andreas Drewisch Bongesaltensis e Pieter von Beuren) em Recife, fica evidente que Nassau estava bem servido em seu corpo técnico e seria uma tese difícil de sustentar que tivesse encomendado um projeto na Holanda distante, ainda mais com as dificuldades que a navegação daqueles tempos oferecia. É claro que só se poderá afirmar, com certeza, quem foi o autor do projeto a partir de uma evidência documental. Mas, a partir dos dados já disponíveis, são altas as probabilidades de que o autor tenha sido Frederik Pistor.

Têm-se afirmado também que a cidade Maurícia teria sido uma tentativa de reprodução de Amsterdam devido à existência de canais ladeados por ruas. Isto pode ser verdade até certo ponto. Todavia o princípio do fluxo das águas seguiu outro princípio. Os canais da cidade holandesa são a subdivisão, em vários ramos, do rio Amstel. Se os técnicos de Nassau quisessem, poderiam ter utilizado o mesmo princípio com o desvio do rio Capibaribe através da cidade. No entanto, não foi esta a opção tomada, uma vez que o sistema de canais seguia um esquema bem mais complexo, onde a captação de água de um dos canais a considerável distância através do canal dos Afogados, parece indicar a utilização do sistema de fluxo e refluxo das marés para fazer a água fluir através da cidade. Se a água era salgada, certamente ela não servia para abastecimento domiciliar. A razão mais lógica para a realização deste sistema de canais é que deveriam servir para condução dos esgotos urbanos. Como tudo está a indicar que esta era a sua razão de ser, então deve ser dado a Nassau e sua equipe o privilégio de ter colocado em prática, com quase três séculos de antecedência, um sistema de “saneamento” que tornaria famoso e internacionalmente conhecido o sanitarista Saturnino de Brito. Bem mais difíceis de entender foram as razões que fizeram os nacionais em aterrar estes canais depois da expulsão dos batavos.

Outro aspecto – em nosso entender – de maior relevância foi o tratamento dado ao sistema viário. Em conformidade com a tradição de traçado urbano de origem germânica e muçulmana, as cidades coloniais brasileiras apresentavam um traçado “livre”, ditado primordialmente pela topografia do terreno, onde se privilegiavam locais de fortes declives como alternativa para o esgotamento do lixo que era jogado na rua e dali retirado pela ação

34 SOLER, Vicente Joaquim: *Dezessete cartas*. Rio de Janeiro: Index, 1999, p. 121.

das águas da chuva. Elas se caracterizavam por ruas estreitas, com uma sarjeta central e sem qualquer arborização. Por herança berbere, as construções destas cidades eram caiadas e, por isso, qualificadas como “brancas”. Com Nassau, introduziu-se uma concepção urbana profundamente inovadora. Em primeiro lugar, um traçado geométrico regrado do arruamento³⁵. Em segundo lugar, ruas largas que permitiam a ampla ventilação da cidade ao contrário do traçado “livre” português, cujas origens remotas visavam exatamente o contrário, ou seja, preservar os conglomerados dos ventos frios, entre os visigodos, e dos ventos quentes do deserto, entre os berberes, que os lusos preferiam chamar de mouros. Aparentemente, esta geometrização representou uma inovação em relação à tradição dos traçados dos Países Baixos. Em terceiro lugar, a arborização das ruas, que significou uma inovação em todos os sentidos, pois, embora os povos germânicos fossem grandes amantes da natureza e onde o cultivo de florestas se constituía em parte integrante de sua cultura, isso não acontecia nas cidades que, em consequência da instabilidade política imperante, tinham de ser muradas, o que levava à necessidade de um aproveitamento do espaço interno, e assim impossibilitava o cultivo de árvores intramuros. Ao contrário da Holanda, Recife não necessitava de muralhas protetoras – ou, pelo menos, não nos termos das cidades européias – e o clima tropical, com forte e constante insolação, requeria outro tipo de solução que foi encontrado na arborização das vias públicas. Em quarto lugar, a justaposição de prédios caiados na tradição lusa a edificações com tijolo a vista ao modo holandês, conferia à cidade um colorido inteiramente diferente da tradição colonial portuguesa.

3 A arquitetura palaciana

Para a construção de uma ambiciosa capital para a colônia das Índias Ocidentais, seria necessário a construção de um grande número de edificações entre as quais as mais importantes seriam os fortes, os palácios governamentais e a catedral. Depois de sua chegada, em Recife, Nassau transformou uma casa-grande em palácio governamental e mandou construir em seus fundos uma residência que Wagner registrou na prancha nº 107 de seu *“Thierbuch”*. Por volta de 1640, Nassau pediu a um arquiteto um projeto de um palácio, que deveria ser construído no extremo norte da ilha de Antonio Vaz, com a fachada principal voltada para leste, para o porto do bairro do Recife. Este prédio foi concluído em 1642. A prancha nº 39 do livro

35 A bem da verdade, este esquema não se constituía numa inovação posto que já havia sido experimentado em algumas vezes anteriormente pelos colonizadores ibéricos, mas que não encontrou continuidade na expansão das mesmas.

de Barlaeus apresenta um desenho resumido do palácio e de seus complementos. O projeto completo deste palácio foi encontrado nos arquivos da cidade de Kassel, Alemanha, mas, lamentavelmente, não está assinado. O desconhecimento de sua autoria igualmente, gerou especulações sobre a mesma. E Pieter Post tem sido o favorito. Baseado nos mesmos argumentos apresentados sobre a autoria do plano da cidade Maurícia, julgamos im procedentes estas especulações, que se acentuam ainda mais no presente projeto, cuja linguagem diverge muito da dos projetos conhecidos de Pieter. Para nós, o autor mais provável deve ser Frederik Pistor, o arquiteto de prefeitura da cidade Maurícia.

Em planta-baixa, o palácio apresenta uma ala transversal com o grande salão que é contido por duas torres em frente às quais se estendem dois corpos perpendiculares, formando uma praça seca, que à época era chamada de *Places d'Armes*. Este partido não era totalmente original em sua época nem tampouco o fato de ter crescido, por três lados, grandes jardins, mas mostra que o arquiteto estava a par das últimas inovações que estavam sendo feitas na Europa, em seu tempo. Sua fonte de inspiração provável tenha sido o palácio de Versailles que Jacques Lemercier planejou para o rei Luiz XIII³⁶, que foi construído em 1624. Os jardins circundantes, com diversos espaços para funções culturais, diversos espelhos d'água e a existência de uma *carrière*, com estábulos para a prática da equitação, são partes integrantes desta concepção. Todavia, há aqui um elemento totalmente novo e original. Na Europa estes jardins fortemente cercados serviam para o deleite da nobreza e para seu isolamento das ameaças da plebe rude. Com Nassau, estes jardins adquiriram um caráter didático na medida em que foram convertidos em jardim botânico e, em vez de servir a uma nobreza que cá não havia, ela se destinava provavelmente ao gozo da burguesia local. Em lugar dos pavilhões de festas, eles foram complementados com um jardim zoológico de espécies locais e exóticas³⁷ e os espelhos d'água foram convertidos em viveiros de peixes.

Sob o ponto de vista arquitetônico, o palácio que recebeu o nome de *Vrijburg*, que se tornou mais conhecido entre nós com sua denominação portuguesa de Friburgo, era uma construção imponente. As torres tinham cinco andares de altura e ao conjunto, com certeza, estava reservado um lugar de destaque na arquitetura mundial de seu tempo. Sua demolição, a mando de alguma mente insana, representou uma perda injustificável tan-

36 Não confundir este projeto com a ampliação mandada fazer posteriormente por Luiz XIV que é a forma na qual ele se encontra hoje em dia.

37 De sua tentativa de anexar o Chile ao território colonial holandês, havia trazido de lá uma lhama.

to para a arquitetura holandesa como, e principalmente, para a brasileira. Nada parecido foi construído no período colonial no Brasil e, provavelmente, na América.

Nassau mandou construir um segundo palácio, mais ao sul, junto à ponte que fazia a ligação entre o bairro do Recife com a Cidade Maurícia, entre 1641 e 1643. Não se conhecem as plantas desta edificação, razão pela qual não se sabe exatamente qual teria sido sua função. Alguns julgavam tratar-se de um palácio de veraneio. Esta parece ser uma tese difícil de ser defendida, pois construções para esta finalidade eram construídas fora do perímetro urbano e se destinavam ao entretenimento com caça, o que evidentemente não deve ter sido o caso. Sua localização em destaque no contexto urbano indica que se tratava de um prédio de despachos governamentais. Este palácio chamado de *Schoonzigt* ou, em sua versão ao português, Boa Vista, tinha quatro torres, uma em cada canto e além de uma elevação central, que alguns querem identificar com uma camarinha à portuguesa, suposição que não nos parece procedente por suas avantajadas dimensões. O prédio propriamente dito tinha dois pisos e o torreão central, outros dois. Ainda que este prédio não tenha a monumentalidade do Palácio de Friburgo, suas qualidades arquitetônicas não podem ser desprezadas considerando-se a época de sua construção. Penso ter sido este o prédio mais criativo dentre os que foram realizados no âmbito da cultura batava em seu tempo.

A ponte que Nassau mandou construir junto ao palácio teve um custo de 240 mil florins o que significa que foi uma obra pioneira e que não encontrou nenhuma que lhe fizesse concorrência na América em seu tempo.

Outra obra importante foi a da catedral que foi construída na avenida que ficava no prolongamento da ponte. Sua iconografia indica que se tratava de uma construção neogótica. Não chegou a ser concluída, pois faltava(m)-lhe a(s) torre(s). Os custos do prédio foram de 8 mil florins, dos quais a metade proveio de doação da Companhia e a outra metade de multa cobrada a um judeu blasfemo. Nassau resistiu muito à construção deste templo porque os protestantes utilizavam as igrejas católicas de Olinda como era usual na Europa, a partir da Reforma. Talvez devido ao temperamento radical de Soler, ele insistia na construção de um templo exclusivamente protestante, certamente para evitar a rica decoração barroca e profusão de imagens de santos que contrariavam a orientação teológica dos calvinistas. De qualquer maneira, tratava-se de um prédio bastante singular por ser o primeiro templo exclusivamente protestante da América latina. Ele também tombou sob o signo do radicalismo religioso: depois da expulsão dos holandeses o terreno foi doado aos jesuítas que o demoliram

para dar lugar a um convento. Nesta ação percebe-se um ato nitidamente revanchista pois, se sua decoração não correspondia aos anseios dos inacionos, ele poderia ser facilmente transformado num templo que correspondia a suas concepções plásticas. Com sua demolição, acabou-se mais do que com uma igreja, destruiu-se um símbolo.

4 Um reinado de paz e prosperidade?

Como foi colocado no início, descontados os sete anos iniciais, do período de conquista e os nove anos finais, depois da volta de Nassau para a Holanda, o período intermediário teria sido de paz e de progresso. Diante das magníficas realizações até aqui analisadas, os estudiosos não têm se cansado em cantar loas ao “conde” e, em meio a estas louvações, têm-se esquecido de que durante todo este período houve continuadas guerras de conquista com permanentes tensões e revoltas, levantes de indígenas e de adversários portugueses. Algumas destas guerras tiveram resultados positivos para os interesses da Companhia, como a progressiva extensão de seus domínios desde a foz do rio São Francisco até São Luís do Maranhão e na conquista de Angola e da ilha de São Tomé. Mas também houve contundentes fracassos como na tentativa de tomar Salvador e na desastrosa incursão no Pacífico, na pretendida tomada do Chile. Disto resultaram grandes perdas financeiras e de vidas humanas. Pensar que o período da administração de Nassau foi de paz é desconhecer a evidência dos fatos.

É certo que, se não tivesse havido algum progresso econômico, não teria havido numerário que sustentasse os sábios e permitisse a realização de suas obras. Mas não devemos esquecer que entre eles também houve baixas. Os progressos econômicos aconteceram a despeito de uma incontrolável corrupção administrativa, como as cartas de Soler são sobejos testemunhos. Nelas fez graves denúncias dos Conselheiros Coloniais. Textualmente diz que os mesmos são “ratazanas sem polícia. Roem-vos (a Companhia) até os ossos”. Ao Conselheiro Carpendier qualificou de “infame e dissoluto”; Voorde, de “bêbado incorrigível”. Nem mesmo seus irmãos de sacerdócio foram poupados em suas cartas. Acusava-os de serem acomodados e não levarem seu ministério a sério. Textualmente afirmou que “os pastores são cachorros mudos pela maior parte... e quase todos são gozadores veneráveis a procura de boas mesas”. A respeito de alguns fez restrições ainda mais sérias. O pastor Daniel Schagen foi qualificado de “homem dissoluto, audacioso e impiedoso”; Jodocus van Stetten, de “bêbado, desmiolado e incapaz”; Samuel Volger e Johan Oosterdak³⁸, de “viciosos e

38 Possivelmente suas denúncias tenham sido a causa da demissão destes quatro pastores
RIHGRGS, Porto Alegre, n. 151, p. 111-137, dezembro de 2016.

incapazes”. Sobre os funcionários da Companhia disse que “não há vestígio de temor a Deus; roubam-vos abertamente; vossos armazéns entretêm o luxo de vossos funcionários e suas putas... O excesso não pode ser expresso por palavras”. A seus compatriotas chamou de “lixo das Nações da Europa”.

5 A questão da liberdade religiosa

Parece unânime a opinião de que uma das maiores virtudes de Nassau teria sido sua intransigente defesa da liberdade religiosa. Poucos se têm perguntado qual teria sido o teor desta “liberdade”. A ação missionária entre os índios mostra claramente a concepção de que “índio bom é índio convertido”. Ou seja, a cultura nativa teria de ser obrigatoriamente destruída para que seus integrantes pudessem ser absorvidos pela cultura colonial. Está mais do que demonstrado que esta “conversão” representou, em primeira linha, a marginalização dos indígenas, como bem o demonstram suas insurreições. Se é certo que Nassau fomentou o estudo antropológico numa época em que este conhecimento ainda não se tinha afirmado como uma ciência autônoma, também é certo que suas coleções foram tratadas como uma curiosidade exótica e não como uma afirmação de uma cultura. Para os colonizadores, os indígenas não passavam de desprezíveis “selvagens” e jamais passou pelas suas cabeças que sua cultura cujo tecido conjuntivo era a sua mitologia, pudesse ser o produto de uma evolução multi-milenária e digna de respeito.

Pior era a situação dos negros. Nos discursos de Barlaeus e de Soler percebe-se a mesma posição assumida por de las Casas quando defendia a causa dos indígenas: não se deveria escravizá-los para que pudessem ser convertidos em cristãos, já que para a execução dos trabalhos físicos se prestam muito melhor os negros. As razões práticas desta postura eram os fatos de que os negros que eram trazidos de além-mar, já praticavam a agricultura em sua terra natal enquanto os indígenas locais praticavam, quando muito, a horticultura. Esta era a razão prática da diferenciação entre indígenas e negros e era explicado, no plano teológico, pelo fato de que os negros não tinham alma. Maquiavel não haveria de conseguir encontrar uma explicação melhor.

Quando se fala de “liberdade religiosa”, o referencial constantemente apontado é o fato de que os judeus puderam praticar abertamente seu culto e tiveram a possibilidade de construir não só uma, mas até duas sinagogas. A questão a ser levantada é saber até que ponto isto implicava numa efetiva liberdade de crença. Soler coloca a questão em termos objetivos: “Os

do sacerdócio, oficialmente “por falta de saber”.

judeus se multiplicam, têm grande liberdade e levantam o corno mais do que nunca. É verdade que... sugam o sangue do povo, frustram e violam a Companhia. Isso, não obstante, são suportados e favorecidos em prejuízo dos mercadores cristãos; não por Sua Excelência que os odeia de morte...³⁹ ou “A licença dos judeus passa dos limites, o que faz escândalo não só aos portugueses cristãos, mas também aos índios e aos pretos. São protegidos em prejuízo dos holandeses, e o magistrado cristão é tão, tão, tão, etc., que autoriza suas festas e sabás; ao que Sua Excelência não pode remediar nada por diversas razões, muito embora lhes professe um ódio muito grande”⁴⁰.

Seriam estas apenas insinuações maldosas do pastor quanto à postura do Regente? Vejamos então as restrições que Nassau impôs aos judeus: “I) Não edificarão eles novas sinagogas; II) A nenhum judeu será permitido casar com cristã ou ter concubina cristã; III) Não poderão converter cristãos ao mosaísmo, nem chamá-los da liberdade evangélica para os encargos da Lei velha, nem da luz para as sombras; IV) Nenhum judeu poderá ultrajar o sacrossanto nome de Cristo; V) No recenseamento dos corretores, não excederão a terça parte do respectivo número; VI) Comerciando, não fraudem a ninguém; VII) Os filhos nascidos de judeu e de cristão, morrendo os pais, serão entregues para serem educados aos parentes cristãos. Os que não tiverem estes serão educados em orfanatos, se forem pobres, ou ficarão sob os cuidados do Conselho Secreto, se forem ricos”⁴¹.

Diante de manifestações de intolerância tão explícitas, que não necessitam de uma análise porque falam por si, seria de perguntar de onde surgiu o mito desta tão louvada “liberdade religiosa”. Penso que a origem desta confusão advém do fato de que em terras de domínio lusitano, os judeus eram perseguidos até com requintes de perversidade pela Inquisição e forçados a se submeter ao credo cristão, enquanto entre os holandeses, sua presença era tolerada, ainda que com grandes restrições como pode ser visto nas citações antes feitas. Aqui, no entanto, deve ser sublinhado que existe uma grande diferença entre gozar de total liberdade e ser submetido a uma existência vigiada e restritiva.

Será que, pelo menos, os católicos estavam a salvos deste tipo de comportamento?

Para Soler, sua Igreja não passava de um “antro do papismo”⁴², os

39 SOLER, Vicente Joaquim: Carta de 06/05/1640 a André Rivet. In: *Dezessete cartas...* Rio de Janeiro: Index, 1999, p. 74.

40 Idem, ibidem, p. 59.

41 BARLAEUS, Caspar: *História dos feitos recentes...* Recife: Fundação Cultural, 1980, p. 327.

42 SOLER, V.J., op. cit. p. 111

frades e padres eram “cúmplices de Satanás”⁴³ e queixava-se de que “Os papistas têm tanta liberdade como em Roma e praticam suas superstições em cinco templos na vila de Olinda...”⁴⁴ Novamente, as expressões falam por si. Também, a posição de Nassau não foi muito diferente. Da mesma forma como aos judeus, impôs restrições aos católicos que foram as seguintes: I) Ninguém reconhecerá no Brasil holandês a autoridade de nenhum vigário, bispo ou sufragâneo, não deverá obediência a nenhum dos de fora, não poderá combinar planos com eles ou ministrar-lhe dinheiro subrepticiamente; II) Todos presbíteros que desejarem viver sob o domínio dos holandeses terão de obrigar-se por juramento de fidelidade ao Conde e ao Conselho Supremo, e não esperarão o governo do bispo da Bahia; III) Os que entrem no nosso território sem salvo-conduto serão detidos como prisioneiros; IV) Ninguém poderá casar, sendo celebrante do ato um presbítero, sob pena de exílio e multa de trezentos florins, e os filhos não adirão à herança; V) Os católicos romanos realizarão as cerimônias de sua religião no recinto das igrejas e não fora, pelas ruas e estradas; VI) Pertencerão à Companhia as rendas eclesiásticas que serão convertidos nos usos pios, escolas, templos e hospitais; VII) Ser-lhes-á livre pensarem o que quiserem e dizerem sem ofensa o que pensarem”⁴⁵.

Aqui estamos novamente diante de uma problemática semelhante à dos judeus: se compararmos o mundo colonial holandês com o lusitano, perceberemos que no primeiro, os católicos eram tolerados o que não acontecia entre os portugueses para com os protestantes. Evidentemente, questões de sobrevivência da Colônia impunham restrições de caráter militar e político como a necessidade de apresentar salvo-conduto ao atravessar a fronteira ou o desligamento dos católicos da diocese de Salvador. Isso, porém, não implica numa efetiva liberdade religiosa, uma vez que a realização de procissões pelas ruas e o confisco sumários das rendas eclesiásticas são diretrizes da mais pura retaliação e que não se coadunam com as concepções de liberdade de culto.

CONCLUSÕES

Se a pessoa de Maurício de Nassau tenha se transformado num mito, isso tem diversas causas. Por ter tido a oportunidade de transformar a economia da Colônia numa relação mercantilista, em oposição ao monopólio praticado pelos portugueses, conseguiu uma distribuição mais racio-

43 Idem, *ibidem*, p. 66.

44 Idem, *ibidem*, p. 58.

45 BARLAEUS, C. op. cit. p. 326.

nal das rendas e um desenvolvimento econômico que esbarrava nas incessantes guerras de expansão na América e na África, esta necessária para a conquista de um mercado fornecedor de mão-de-obra escrava, e nos sucessivos levantes de nativos. Inovou decididamente a administração pública nas Américas ao procurar o apoio de sábios – na maioria alemães como ele próprio – nos mais diferentes ramos do saber e ter fomentado a produção e publicação de seus conhecimentos sem qualquer restrição, ao contrário do que era praticado pelas potências ibéricas, que impunham sérias restrições a qualquer publicação sobre suas colônias. As inovações que apoiou nas artes, no urbanismo e na arquitetura foram revolucionárias para seu tempo e, se não tivessem sido destruídas, provavelmente, teriam se tornado conhecidas como realizações magistrais do século XVII. Tudo isso conviveu com uma corrupção administrativa nos mais variados setores da vida pública e da qual o próprio Nassau deve ter-se beneficiado pelo fato de ter voltado para a Europa como uma pessoa muito rica, cuja fortuna certamente não foi adquirida apenas com os salários pagos pela Companhia. Sua administração se caracteriza pelas constantes guerras de conquista que tiveram alguns êxitos e outros tantos fracassos. Embora tivesse feito muitas concessões na área da liberdade de expressão e da prática religiosa – se comparado às administrações ibéricas – estas estavam muito distantes de uma ausência de um controle ideológico estatal. Quanto à estrutura social implantada pelos holandeses em sua colônia, em muito pouco diferia da dos colonizadores lusitanos com a ressalva de que, sob o manto de um aparente liberalismo, a legislação sobre as relações interétnicas se afiguram como os primeiros ensaios de uma política que viria a ser conhecida com o nome de *apartheid* que os colonizadores holandeses introduziram na África do Sul, em 1652, quando ficou evidente que sua situação se tornava insustentável no Brasil, ou seja, dois anos antes de serem expulsos do Nordeste.

Um aspecto que aqui não pôde ser analisado, mas que é da maior importância na avaliação de sua personalidade é a extremada vaidade que caracterizou a vida de Nassau. De volta à Europa, gastou toda a sua fortuna na compra de votos para conseguir ser eleito “príncipe” do Sacro Império, fato que conseguiu às vésperas de sua morte.

REFERÊNCIAS

ALBERT Eckhout volta ao Brasil. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002.

BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação Cultural, 1980.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. O “*Naturalien-Buch*” de Jacob Wilhelm

- Griebe. Rio de Janeiro: Index, 1998.
- BRIENEN, Rebecca Parker: As pinturas de Eckhout e o Palácio Friburgo no Brasil Holandês. In: *Albert Eckhout volta ao Brasil*. Copenhagen: Nationalmuseet, 2002.
- _____. *Visions of Savage: Albert Eckhout, Court Painter in Colonial Brazil*. Amsterdam: Amsterdam University, 2006.
- COLEÇÃO Niedenthal. Rio de Janeiro: Index, 1998.
- DOCUMENTOS da Biblioteca Universitária de Leiden. Rio de Janeiro: Index, 1997.
- DOIS Manuscritos Portugueses sobre a Conquista Neerlandesa... Rio de Janeiro: Index, 1999.
- FABEL, Nachman. Menasseh ben Israel e o Brasil. In HERKENHOFF. São Paulo: *O Brasil e os Holandeses*; Rio de Janeiro: Sextante, 1999.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1995.
- FREEDBERG, David. Ciência, Comércio e Arte. In: *O Brasil e os Holandeses*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.
- GALLAS, Alfredo O.G. & GALLAS, Fernanda Disperati. *O Brasil holandês*. São Paulo: Ed. do autor, 2009.
- GRIEBE, Jacob Wilhelm. *Naturalien-Buch*. Rio de Janeiro: Index, 1998.
- KESSEL, Jan van. *Alegoria dos Continentes*. Rio de Janeiro: Index, s.d.
- MARCGRAF, Georg. *Informações do Ceará*. Rio de Janeiro: Index, s.d..
- MENEZES, José L. M. o Século XVII e o Brasil holandês. In: ZANINI, Walter: *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Moreira Salles, 1983.
- MOREAU, Pierre & BARO, Roulox. *História das últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- NOVINSKY, Anita. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- OBERACKER JÚNIOR, Carlos Henrique. *A Contribuição teuta à Formação da Nação Brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1968.
- REIS FILHO, Nestor. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EdUSP/FAPESP, 2000.
- SÁ, Martim Correia de. *Uma Carta Esquecida*. Rio de Janeiro: Index, 1999.
- SCHMALKALDEN, Caspar. *Die wundersamen Reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien, 1642 – 1652*. Leipzig: Verlag für Kunst und Wissenschaft, 1983.

- _____. *A Viagem de Amsterdam para Pernambuco no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, 1998, 2º vol.
- SOLER, Vicente Joaquim. *Dezessete cartas*. Rio de Janeiro: Index, 1999.
- STECHE, Richard. *Beschreibende Darstellung der älteren Bau- und Kunstdenkmäler des Königreichs Sachsen*. Erstes Heft. Dresden: C. C. Meinhold & Söhne, 1882.
- TEENSMA, B. N. A Missão de Rodolfo Baro a Nhanduí na Serra de Macaúá, em 1647. In: *Documentos da Biblioteca Universitária de Leiden*. Rio de Janeiro: Index, 1997.
- TEIXEIRA, Dante Martins (org.). *Os quadros do Weinbergschlösschen de Hofflössnitz*. Rio de Janeiro: Index, 1997.
- _____. (org.). *Animaux et Oiseaux*. Rio de Janeiro: Index, 1998.
- _____. (org.). *Tapeçarias da Manufatura Gobelins*. Rio de Janeiro: Index, s.d.
- WAGENER, Zacharias: O “*Thierbuch*” e a “*Autobiografia*”. Rio de Janeiro: Index, 1997.

Recebido em 10/10/2016

Aprovado em 23/12/2016